

Jovens: família, dinheiro, autonomia

Este artigo tem como objectivo analisar, a partir dos resultados do inquérito à juventude portuguesa realizado pelo ICS¹, as implicações familiares da actual situação social dos jovens, particularmente as que estão relacionadas com a obtenção de dinheiro.

A definição de tal objectivo é já por si resultante da caracterização duma problemática da juventude.

Em Portugal, onde, num período de vinte anos, assistimos à passagem da juventude como imagem de rebeldia, à da juventude como facto institucional e quase corporativo, desde uma juventude como sujeito de perturbação social à juventude como modelo de imagem social, o fenómeno apresenta riquíssimos recursos para análise, que já têm sido objecto de alguns estudos, nomeadamente daquele que serve de base a este artigo — o inquérito do ICS.

No contexto das mudanças recentes operadas na sociedade portuguesa, interessa-nos analisar algumas funções que a família desempenha, sobretudo económicas, e as diferentes estratégias sociais adoptadas em relação aos processos juvenis. Num momento em que estes processos tendem a alongar-se e a complexificar-se, definindo diferentes etapas na autonomia juvenil, e aliando-se a novas formas de socialização, interessa também detectar a diversidade dos jovens no que diz respeito à obtenção do dinheiro. Ou seja, à dependência/independência monetária juvenil, já que nelas está implícita não só a relação com o trabalho, como a relação com a família e a relação com o consumo.

Com efeito, assiste-se actualmente a situações que recobrem os aspectos de uma «socialização do consumo», no sentido que alguns autores lhe atribuem e que implica a mudança de paradigma de uma socialização de produção para uma socialização de consumo². Esta mudança corresponderia a uma reestruturação do campo de experiência dos jovens, em que o

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, *A Juventude Portuguesa: Situações, Problemas e Aspirações*, ICS, Instituto da Juventude, 7 vols.

² Sobre a construção dos conceitos de «socialização da produção» e de «socialização do consumo» ver Martin Baetghe, «L'individualisation comme espoir et danger: apories et paradoxes de l'adolescence dans les sociétés occidentales», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, UNESCO, 1985.

Sobre o papel crescente dos jovens como consumidores enquanto procura de uma «identidade e independência» em relação aos adultos ver Kenneth Roberts, «La Jeunesse des années 80: un nouveau mode de vie», in *RJSS*, UNESCO, 1985.

domínio do trabalho, sem perder o seu carácter de instituição central, não cessa contudo de diminuir a sua importância enquanto experiência imediata dos jovens, já que a inserção profissional é mais tardia, e também mais instável, sujeita à precariedade do mercado de trabalho. Em contrapartida, a esfera da escola e outras instituições de formação e lazer especificamente juvenis tornar-se-iam um campo central na vivência juvenil.

Em Portugal, contudo, esta situação de alongamento do período de aprendizagem escolar, a par do afastamento prolongado das estruturas de produção, é um fenómeno recente. Não vai muito longe o tempo em que o acesso de umas esferas para as outras era quase «automático»: à saída da escola havia um emprego de entrada no mundo profissional que era muitas vezes um passo para o definitivo. Com a alteração do sistema escolar pós-1974, e sobretudo a abolição do ensino técnico e o aumento do desemprego, que tende a ser cada vez mais juvenil³, a par das mudanças estruturais do mercado de trabalho, complexificam-se e retardam-se os processos de inserção social dos jovens, provocando sua marginalização enquanto «produtores» e apontando a sua integração como «consumidores»⁴.

Assim, situados num contexto de novas funções sociais e de novos estatutos do juvenil, os jovens portugueses vêem simultaneamente prolongada a sua escolaridade e a consequente estada na casa da família de origem dificultada, complexificada e retardada a sua inserção social plena em actividades produtivas e estimulada a sua socialização de consumo no âmbito de uma convivialidade com grupos etários semelhantes. É neste contexto que vêem também os seus meios de identificação juvenil determinados pelos seus meios de acesso ao dinheiro e condicionados pelas suas situações familiares.

O facto é, aliás, igualmente observável do ponto de vista das famílias, que, apesar de «habitualmente» representadas com base na relação conjugal e com filhos sempre crianças ou pré-adolescentes, acabam por consistir em agregados mais numerosos, de difícil distribuição espacial no interior das habitações, alojando filhos maiores num regime de relacionamento que não pode deixar de estar marcado pela grande dependência material destes em relação aos pais e a outros parentes.

E não se trata apenas das representações habituais da família moderna, que — na esteira da tradição parsoniana — se apresenta restrita, centrada num casal ainda novo, unido por escolha própria e fundado no sentimento recíproco, ao qual se juntam as crianças. Trata-se também da imagem desmembrada desta família quando ligada aos jovens: a maior parte das imagens que representam jovens fazem-no em apagamento seja da imagem dos pais, seja da própria casa familiar. Uma casa familiar cujo modelo é regido por pequenos quartos para filhos crianças, provavelmente inabitáveis por filhos adultos, com todas as necessidades próprias dos contextos de sociabilidade juvenil prolongada na sua idade.

³ Veja-se José Manuel Seruya, *Desemprego Juvenil em Portugal*, «Colecção Estudos e Documentos», ICS, Lisboa, 1983. E também, para dados mais recentes, Maria João Rodrigues, *O Sistema de Emprego em Portugal — Crise e Mutações*, «Biblioteca de Economia e Gestão», Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988.

⁴ Tal como já o refere um artigo de 1984 de Manuel Braga da Cruz e outros, «A condição social da juventude portuguesa», in *Análise Social*, vol. XX, n.ºs 81-82, 1984, Lisboa.

A nova situação social e cultural dos jovens, marcada por uma intensa sociabilidade com os amigos, coloca-os a todos perante solicitações e urgências de consumo e em diversas dependências da família, mas fá-lo de modo muito desigual, conforme os jovens. Aquém das imagens estereotípicas do juvenil, a realidade social mostra juventudes muito diferentes, e essas diferenças são visíveis exactamente através de duas grandes determinantes do seu acesso aos recursos de identificação juvenil: a família e o dinheiro.

O inquérito conduzido pelo ICS permitiu detectar um leque diverso das situações sociais dos jovens portugueses, a partir de determinadas variáveis de inserção social objectiva, como o sexo, o *habitat*, os níveis de instrução, a origem social. Assim, neste artigo, e com base nesta malha de resultados obtidos, vamos caracterizar diversos tipos de situação juvenil, perante os meios de obtenção do dinheiro e as relações familiares implicadas na vida material dos jovens.

Analisaremos numa primeira parte os níveis de dependência e/ou independência económica dos jovens em relação à família, para em seguida os relacionar, numa segunda parte, com outras formas de aquisição de autonomia social, como seja, por exemplo, a saída de casa, a constituição de um agregado próprio, a inserção profissional e o papel desempenhado pela família de origem nesses processos.

1. DEPENDÊNCIA/INDEPENDÊNCIA — PROCESSOS DE UMA AMBIGUIDADE

Ao longo do processo de inserção social, um dos factores importantes de autonomização dos jovens é a desvinculação em relação à família, condição necessária do desenvolvimento normal do processo de inserção. Ora, dada a complexidade dos processos que constituem o período de entrada na vida activa com as suas incertezas, criam-se múltiplas situações intermédias que interessa analisar.

Numa análise anterior tínhamos já visto o modo como se organizavam os principais meios de aquisição monetária dos jovens, consoante a sua diversidade social⁵. Basicamente, e como fontes prioritárias, cerca de metade dos jovens, enquanto estudantes e sobretudo das classes superior e médias, recorriam à família; enquanto a metade restante, constituída por trabalhadores com predominância dos estratos sociais mais baixos, tinham como primeira fonte o trabalho. Apurara-se, contudo, através da análise das segunda e terceira fontes de obtenção do dinheiro, a existência de uma forte propensão, por parte da grande maioria dos jovens, para acumularem diversas formas de dádiva intrafamiliar. A família, no seu sentido restrito ou alargado, assumia assim um papel muito importante enquanto financiador juvenil, se não como primeira, pelo menos como segunda ou terceira fonte de recorrência — mesmo para os que trabalham e provêm dos estratos socioeconómicos mais baixos. A importância desta fonte era

⁵ *A Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1989, vol. 7: *Dinheiro e Bens Materiais*, Luísa Schmidt.

aliás tanto maior quanto sabíamos, através de outras partes do inquérito, como são instáveis e inseguros os regimes de trabalho dos jovens.

Os vínculos de dependência familiar manter-se-iam assim até idades tardias, e mesmo o trabalho, embora os reduzisse, não parecia dispensar as prestações familiares enquanto fontes secundárias.

Torna-se agora necessário dar um novo enfoque a esta questão, percebendo, através de uma análise mais detalhada das fontes e da construção de novas variáveis, como se constitui a relação económica dos jovens com a família de origem, nomeadamente no que respeita à sua independentização de meios, em ordem a detectar as suas consequências na construção do processo global de autonomização social dos jovens⁶.

Assim, construímos uma tipologia de situações de dependência/independência económica, caracterizada através dos indicadores: «fontes de obtenção do dinheiro juvenil», e definida em relação à existência ou não de recursos familiares⁷. Dado que era possível detectar os indicadores de trabalho («fixo» e/ou «ocasional»), a par de alguns meios mais informais de aceder ao dinheiro (negócios), e também o peso dos recursos familiares, pareceu-nos interessante uma análise mais detalhada sobre a sequência e a diversidade de fontes utilizadas pelos jovens no financiamento dos seus consumos. Interessava-nos ainda avaliar todas as situações de dependência/independência em relação à família, incluindo diferentes gradações intermédias. Ou seja, detectar, no contexto do acesso à moeda, toda a escala de situações juvenis, desde os inteiramente dependentes das fontes familiares até aos independentes, passando pelos que, trabalhando já, continuam no entanto a necessitar da «bengala» económica familiar como margem de segurança e contributo regular.

Definimos assim três tipos de situações, consoante a proporção em que os jovens inquiridos dependam apenas dos recursos próprios, e/ou dos familiares, e/ou conciliem ambos.

TIPO 1. Situação de dependência económica total em relação à família de origem, que inclui todos os jovens sem quaisquer recursos próprios, cujo único meio económico são as fontes familiares, restritas e/ou alargadas, seja como primeira, seja como segunda ou terceira fontes.

TIPO 2. Situação de semidependência da família de origem, que concentra os jovens que conciliam fontes de recurso familiares com outras extrafamiliares, ou seja, com recursos próprios obtidos sobretudo através do trabalho.

TIPO 3. Situação de independência monetária da família de origem, que inclui os jovens que apenas recorrem a fontes de acesso ao

⁶ Adoptámos para este efeito conceitos semelhantes aos que são utilizados num trabalho sobre a inserção social dos jovens em Espanha: José Luis Zárraga, Informe Juventud en España, *La inserción de los jóvenes en la sociedad*, Publicaciones Juventud Y Sociedad, Barcelona, 1985.

⁷ A pergunta que apurava as «fontes de obtenção do dinheiro» era a seguinte: «Qual é, geralmente, a principal maneira como obtém dinheiro? E a seguir? E a seguir?», seguindo-se uma lista de hipóteses de resposta: trabalho fixo, trabalho ocasional, subsídios (de desemprego ou outros), bolsa de estudo, mesada ou semanada fixa, os pais vão dando, outros familiares vão dando, empréstimos, pequenos negócios, ao jogo, herança/rendimentos próprios.

dinheiro extrafamiliares, ou seja, são totalmente independentes da família como fonte de obtenção monetária.

Definidas as situações do processo de independentização económica dos jovens em relação à família, verificamos que a maioria dos jovens inquiridos, e portanto entre os 15 e os 29 anos, se encontram ainda em situação de dependência total: 52,2 % (gráfico I). Em situação de semidependência, ou seja, com recursos próprios insuficientes, complementados por fontes familiares, temos cerca de 21 % dos inquiridos. Quanto aos economicamente independentes da família, são apenas 26,8 % (e quase metade, como iremos ver, têm entre 25 e 29 anos).

Vejam agora quem são e como se caracterizam socialmente os diferentes tipos de jovens que correspondem aos diferentes perfis de maior ou menor autonomia financeira.

a) Assim, se analisarmos a distribuição das situações de dependência ao longo da *escala etária*, vemos que os índices de maior dependência total se concentram evidentemente nos escalões mais baixos: entre os 15 e os 17 anos cerca de 78,7 % dos rapazes e 87,5 % das raparigas são ainda totalmente dependentes da família de origem (gráficos II e III). Mas, se esta situação maioritária de dependência prevalece ainda no escalão etário seguinte, 18-20 anos, à medida que a idade avança, tornam-se cada vez mais frequentes as situações intermédias de semidependência, aumentando também a taxa de independência. Nos 21-24 anos há 30 % dos rapazes e 26 % das raparigas que acumulam fontes de recurso próprio com fontes familiares, aumentando também a quota de jovens em situação de independência monetária (respectivamente 44,1 % dos rapazes e 30,9 % das raparigas). Contudo, as situações de dependência total e parcial continuam a ser maioritárias quando consideradas em conjunto, a independência económica só se tornando situação maioritária apenas para os jovens do escalão etário mais elevado, 25-29 anos: 65,3 % e 52,8 %, respectivamente rapazes e raparigas. Nestas idades aumentam também os índices das situações de dependência parcial: pelo menos 1/3 dentre eles acumula trabalho com recursos familiares, continuando assim semidependentes da família.

Se os factos não são surpreendentes para os escalões etários mais baixos, parecem, no entanto, surpreendentemente elevados para jovens acima dos 25 anos. A auto-suficiência económica não é de facto generalizada entre os jovens até idades tardias; as situações de dependência total e, depois, progressivamente parciais (por acumulação de recursos próprios e familiares) tenderão a dilatar-se. Parece, assim, que as situações híbridas de semidependência se tornam quase fases necessárias como consequência de um processo de inserção profissional moroso e atribulado e até por vezes regressivo, em que os jovens não dispensam as ajudas familiares⁸.

b) Contudo, se a idade nos dá um panorama geral sobre os processos globais de independentização económica dos jovens em relação à família

⁸ Em Portugal não conhecemos estudos comparativos sobre esta temática — o que torna difícil delinear tendências. Contudo, em Espanha, os estudos diacrónicos sobre as trajectórias juvenis têm revelado que as fases intermédias e mesmo regressivas tendem a aumentar em função da instabilidade do mercado laboral. Veja-se José Luis Zárraga, *op. cit.*

de origem, eles adquirem tonalidades diferentes à luz de certos condicionantes sociais que outras variáveis permitem captar.

Assim, como em parte já assinalámos, as situações de dependência/independência económica familiar apresentam perfis diferentes, conforme se trate de *rapazes* ou de *raparigas*. Estas encontram-se em situação de maior dependência económica da família em toda a escala etária (gráficos II e III). Esta diferença M/F aumenta aliás nos escalões etários intermédios — idades em que os rapazes começam a trabalhar mais e as raparigas permanecem sob os recursos familiares. Também as situações de semidependência são mais características dos rapazes, muito embora, à medida que a idade avança, constituam uma crescente situação feminina. No último escalão etário há aliás mais raparigas em situação de semidependência do que rapazes. Provavelmente, mesmo quando já trabalham, e portanto acumulam fontes extra e intrafamiliares, as raparigas continuam a recorrer mais a fontes familiares: ora por terem salários mais parcos, ora porque, tradicionalmente, as famílias se dispõem a beneficiá-las mais do que aos rapazes⁹. Consequentemente, também é menor a percentagem de independência financeira para as raparigas: 52,8 % em relação aos rapazes: 67 %.

c) Esta situação de maior dependência feminina torna-se mais evidente quando se analisa a *situação conjugal* dos jovens (gráfico IV). Assim, se os rapazes casados são, na sua grande maioria, independentes e/ou semidependentes (69,8 % e 27,8 % respectivamente), cerca de 1/3 das raparigas casadas são ainda totalmente dependentes do dinheiro da família de origem e outro terço mantém dependência parcial. O estatuto feminino pós-matrimonial não se altera tanto como o dos rapazes em termos de contributo económico familiar, já que, enquanto solteiros, a relação económica com a família parece definir situações mais paritárias (apesar de as raparigas continuarem a usufruir mais da família à medida que a idade aumenta).

Contudo, se, para os rapazes casados, a situação de dependência é diminuta, há ainda 30 % dentre eles que mantêm dependência parcial, o que confirma a importância da família de origem, mesmo após o casamento dos jovens, e isto do ponto de vista estritamente monetário, porque, se considerássemos outro tipo de ajudas e serviços, iríamos eventualmente encontrar situações de dependência acrescidas¹⁰.

Assim, o casamento, que consistia num dos mais seguros critérios ou indicadores de autonomização social e de mudança de estatuto de jovem

⁹ Analisados os dados sobre os níveis do rendimento dos jovens inquiridos, vemos que as raparigas auferem sempre piores rendimentos, sobretudo no *habitat* rural. E, mesmo enquanto casadas, ganham menos que os rapazes solteiros. Ver *A Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspiraões*, ICS, Lisboa, 1989, vol. 1: *Resultados Globais*.

¹⁰ Não conhecemos também estudos específicos sobre as solidariedades intergeracionais em relação aos casais jovens. Em França, por exemplo, vários estudos realizados comprovam essas «solidariedades» de pais para filhos (através de serviços e bens) em todas as classes sociais e tanto no campo como na cidade. Veja-se: Andrée Michel, «La famille urbaine et la parenté en France», in *Families in East and West*, Reuben Hill et René Koenig, Haia, Mouton, 1970; Louis Roussel «La Famille après le Mariage des Enfants», in *Travaux et Documents*, Cahier n.º 78, PUF, 1976; Agnès Pitrou, «Le soutien familial dans la société urbaine», in *Revue Française de Sociologie*, vol. XVIII, 1977, em que se distinguem dois tipos de ajuda por parte dos pais: «ajuda de subsistência» e «ajuda de promoção».

para «adulto»¹¹, revela afinal prolongar uma situação caracteristicamente juvenil para muitos jovens casais, sendo as ajudas familiares feitas sobretudo por via do elemento feminino do casal.

d) Continuando a analisar as diferenças intersexuais, agora ao nível do *habitat*, temos uma situação de paridade nos meios urbanos no que respeita à situação de total dependência, o que resultará de uma população estudantil citadina mista (gráfico v). Aumentam no entanto as situações de semidependência para as raparigas de meio urbano, o que significará que as raparigas em situação de começo de inserção profissional serão também mais ajudadas pela (ou dependentes da) família de origem.

A grande diferença encontra-se, no entanto, nos meios rurais, onde mais de metade das raparigas (incluindo casadas e solteiras) continuam totalmente dependentes da família, enquanto os rapazes, ao começarem a trabalhar mais cedo, se independentizam bastante mais da família ao nível das ajudas financeiras directas. De ressaltar ainda que as raparigas rurais vivem poucas situações de dependência parcial (ou seja, acumulação de trabalho e prestações familiares), o que aponta para formas de inserção mais tradicionais, de passagem da esfera da família de origem para a família de procriação, sem passagem necessária pela inserção profissional.

Temos assim que a dependência familiar, analisada do ponto de vista dos estatutos masculino e feminino, é mais acentuada para as raparigas, sobretudo sendo estas casadas e vivendo em meio rural. Para os rapazes, ela varia na razão inversa, sendo mais acentuada para os solteiros e de meio urbano, onde se cria uma situação mais comum a rapazes e raparigas.

e) Outros indicadores revelam também a grande diversidade de contextos em que os jovens vivem o seu processo de transição, como é o caso da *origem social* (gráfico vi). Assim, a maioria dos jovens das classes superiores são totalmente dependentes (74 %), bem como a maioria dos jovens das classes média tradicional e nova classe média (53,5 % e 61,1 % respectivamente). É no eixo que separa as classes médias do operariado que se encontra a grande distinção de condições juvenis. Para os jovens do operariado, embora 43 % dentre eles ainda dependam totalmente da família, mais de metade, ora já acumula trabalho e família em situações de semidependência, ora se encontra já financeiramente independente. São, contudo, os jovens oriundos do campesinato os únicos que se apresentam como uma maioria independente da fonte monetária familiar.

Vê-se ainda que são as classes médias e o operariado que concentram maior percentagem dos seus jovens em situações intermédias, isto é: apesar de trabalhadores, continuam a recorrer à família como fonte secundária: uns eventualmente, por sobreajuda familiar (caso das classes médias), outros por insuficiência de salários (caso dos operários). Se recordarmos os níveis de rendimento dos jovens que trabalham, vemos que mais de 60 % dos de origem operária ganham menos de 29 999\$, enquanto os jovens oriundos das classes médias concentram níveis de rendimento mais elevados¹².

¹¹ Sobre os critérios de operacionalização dos grupos de idade juvenis, segundo o casamento, a profissão, os direitos jurídicos, ver Leopold Rosenmayr, «Esquisse d'une Sociologie de la Jeunesse», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. XX, n.º 2, 1968; e também Leopold Rosenmayr e Klaus Allerbeck, «Youth and Society», in *Current Sociology*, vol. 27, n.ºs 2/3, 1979.

¹² Inquérito do ICS, vol. 1: *Resultados Globais*, cit.

f) Se analisarmos, por outro lado, a variável situação ocupacional, vemos que, se temos uma maioria esmagadora de estudantes totalmente dependentes, temos uma maioria bastante menos esmagadora de trabalhadores totalmente independentes monetariamente da família: cerca de 37 % dos trabalhadores acumulam os seus salários com recursos familiares. Para os trabalhadores-estudantes, as situações intermédias são naturalmente maioritárias. No caso dos desempregados, apesar de uma previsível maioria de totalmente dependentes, há ainda cerca de 18,8 % que acumularão o contributo familiar, ora com trabalho ocasional, ora com subsídios e/ou pequenos negócios (gráfico VII).

Finalmente, outro dado interessante advém do facto de a maioria dos jovens que são economicamente independentes e semidependentes ter apenas o *nível de instrução* primário, preparatório (gráfico VIII). Ou seja, a maioria dos jovens que já «usufruem» de liberdade financeira parecem acarretar, em contrapartida, o peso de terem pouca formação profissional, pertencendo às classes baixas sem grandes recursos económicos, o que provavelmente os compeliu a trabalharem precocemente e a baixos salários. Adiante aprofundaremos a questão da formação.

1.1 OS PERFIS DA (IN)DEPENDÊNCIA JUVENIL

A) *O dinheiro*

Vemos assim que, nas situações de dependência, semidependência ou independência monetária em relação à família, se agrupam casos complexos, diferenciados conforme o leque de variáveis consideradas. Além disso, para o mesmo tipo de relação económica definida em relação à família podemos encontrar situações contraditórias e ambíguas que é necessário analisar:

No tipo 1 — *dependência total* — temos uma maioria de jovens adolescentes:

- Dos mais baixos escalões etários, estudantes a frequentarem o curso geral dos liceus e a receberem mesada dos pais;
- Solteiros e em paridade de situações para rapazes e raparigas nos meios urbanos e mais raparigas nos meios rurais (incluindo casadas);
- Originários predominantemente das classes alta e médias, muito embora também seja uma situação percentualmente significativa para os jovens do operariado que estudam (24 %).

Este tipo 1, de extrema dependência económica, recobre contudo duas situações opostas: entre os totalmente dependentes, a par dos jovens que se encontram em formação académica (e que neste caso são predominantes), temos os jovens provenientes de classes mais baixas, que não estudam e se encontram desempregados.

No tipo 2 — *semidependência* —, os jovens que predominam são:

- Rapazes de idades intermédias, trabalhadores (uma vez que a partir dos 20 anos começam maioritariamente a trabalhar), e raparigas maiores de 24 anos, já que estas começam a trabalhar mais tarde, pro-

longando a sua estada na escola, e, além disso, acumulam mais recursos familiares mesmo depois do casamento;

A maioria dos rapazes em situação de semidependência são ainda solteiros, trabalhadores e dos meios urbanos. Na cidade parece assim haver maior propensão a criarem-se situações intermédias (o que corresponderá a uma inserção profissional mais difícil, aliada a uma necessidade de moeda mais compulsiva). Em contrapartida, nos meios rurais, a entrada no mercado laboral será mais coordenada com a entrada no mercado matrimonial;

E, por último, jovens originários sobretudo da nova classe média e do operariado, classes predominantemente urbanas, seguidas da classe média tradicional.

Contudo, se levarmos em linha de conta os níveis de instrução dos jovens deste tipo 2 (semidependência), conforme as classes sociais a que pertencem, detectaremos algumas diferenças interessantes: é que, enquanto os semidependentes que pertencem às classes médias frequentaram graus de ensino médio antes de partirem para o emprego, já os que provêm do operariado entram no mercado de trabalho com um nível de instrução bastante mais baixo, tendo a maioria apenas cumprido o ensino primário (ver quadro n.º 1).

Prefiguram-se assim, de novo, duas situações com dois destinos diferentes: por um lado, aqueles que, saindo precocemente de um contexto social baixo que não podia responder às suas necessidades materiais, buscam a independência material ao preço de uma baixa formação e difícil desenvolvimento futuro. Por outro lado, os que, podendo recorrer à ajuda material das famílias porque originários de classes mais elevadas, prolongam a semidependência relativamente àquela, vivendo um quotidiano mais folgado e aumentando as possibilidades de uma independência futura no escalão etário superior (sobretudo quando se trate de trabalhadores-estudantes).

Esta clivagem poderá tender a extremar-se quando analisamos os jovens do tipo 3 — *independência monetária* em relação à família. Assim, genericamente, encontram-se aqui os jovens:

Mais velhos, de 25-29 anos, sobretudo rapazes, que já trabalham eventualmente há mais tempo;

Do ponto de vista da origem social, fazem sobretudo parte do operariado, e/ou das novas classes médias, mas seguindo-se também do campesinato, diferenciando-se contudo em relação ao nível de instrução: conforme pertencem a classes mais ou menos elevadas e também mais ou menos urbanas, assim o grau académico atingido vai subindo ou baixando, respectivamente.

Temos agora três significados sociais muito diferentes para o mesmo tipo de independência concentrados a partir dos 24 anos:

Uma situação de independência monetária baseada numa escolaridade mais completa que dará acesso a um emprego mais bem remune-

rado, incluindo sobretudo jovens dos estratos sociais mais elevados¹³. Para mais, como iremos ver adiante, a maioria destes jovens viverá ainda em casa dos pais, sobrando-lhes assim o ordenado apenas para dinheiro de bolso;

Uma outra situação de independência centrada num começo precoce e instável de vida profissional, com baixo nível de formação e obtenção de salários baixos, que diz respeito sobretudo a jovens de origem proletária urbana¹⁴;

E um terceiro e último modelo de independência monetária, mais característico do *habitat* rural, sobretudo de jovens originários do campesinato e que corresponde à criação mais precoce de uma nova unidade familiar em casa própria, baseada em recursos económicos diversos extrafamiliares, predominantemente trabalho, e onde as ajudas familiares assumirão eventualmente um importante papel, embora sem expressão monetária.

B) A casa

A dependência económica revela-se assim quase sempre parcial e dificilmente significará um assumir de autonomia a outros níveis. Se, para além da questão da independentização monetária, tomarmos a da dependência/independência residencial, que é também um aspecto decisivo de autonomia juvenil, verificamos que é ainda mais raro este tipo de desafecção material da família de origem: apenas 20 % dos jovens vivem fora da casa da família, sendo a maioria deles casados (15,3 %) ¹⁵.

Se analisarmos o modo como se articula a independência monetária com a independência residencial, encontramos uma grande parte dos jovens com autonomias contraditórias: ora tendo independência monetária sem casa própria, ora tendo casa sem auto-suficiência de meios económicos.

Podemos assim definir quatro modalidades diferentes, conforme os jovens se encontrem em:

- 1) Dupla dependência (e/ou semidependência) de dinheiro e de casa¹⁶;
- 2) Dependência (e/ou semidependência) de dinheiro com residência autónoma;

¹³ De novo consultados os níveis de rendimento dos jovens que trabalham em função da origem social, vemos que os índices das remunerações mais elevadas se concentram nos estratos socioeconómicos superiores: mais de 70 % dos jovens do *status* alto e médio alto que trabalham têm rendimentos superiores a 50 contos, enquanto, nos estratos mais baixos, a maioria se concentra em níveis inferiores a 29 999\$. Ver *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 1.

¹⁴ São os jovens de origem operária e subproletária e também do proletariado rural que concentram as percentagens mais elevadas de entrada precoce no mundo do trabalho: 34,4 % e 43,4 %, respectivamente, começaram a trabalhar antes dos 15 anos, sendo também estes jovens que mais frequentemente mudaram de emprego. Ver *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 3: *O Trabalho, o Emprego e a Profissão*, de Madalena Andrade.

¹⁵ *A Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, vol. 1: *Resultados Globais*.

¹⁶ Agregámos os valores da semidependência à dependência monetária para simplificar a tipologia adoptada e também porque, como veremos adiante, a maioria dos jovens em situação tipo 2 (semidependência monetária) vêem uma parcela substancial das suas despesas básicas pagas pela família, o que os faz aproximar mais da situação tipo 1 (dependência total) do que da situação tipo 3 (independência).

- 3) Independência monetária com dependência residencial;
- 4) Dupla independência de dinheiro e casa.

Da análise do gráfico IX vemos que apenas uma pequena minoria de jovens inquiridos consegue conciliar as duas situações: ter dinheiro e casa própria apenas se verifica para 8,2 % do total da amostra considerada (e, dentro destes, são, como veremos, quase todos casados e originários do campesinato). Em contrapartida, detectamos uma grande predominância de casos com dependência dupla aos dois níveis: dinheiro e casa dos pais (64,5 %). Os restantes jovens (27,3 %) encontram-se com autonomia contraditória: cerca de 8,7 % conciliam dependência (e/ou semidependência económica) dos pais com residência em casa própria e cerca de 18,6 % têm, ao invés, independência económica com dependência residencial.

Temos assim uma maioria de casos em dependência aos dois níveis e uma ínfima minoria de independência, com uma faixa de situações de autonomia parcelar ou contraditória percentualmente significativa.

Se analisarmos esta grelha de modalidades de autonomia em função da *escala etária e do sexo*, vemos que a dependência total aos dois níveis (dinheiro e casa) se verifica até idades tardias, não sendo maioritária apenas no último escalão (gráficos X e XI). Contudo, mesmo para as idades mais avançadas, a situação de independência total é sempre abaixo da média: apenas 34 % dos rapazes e 22 % das raparigas entre os 24 e os 29 anos são autónomos do ponto de vista económico e residencial. As raparigas, aliás, têm quase sempre menor autonomia, já que, como vimos, usufruem sempre mais das ajudas familiares, e até mais tarde.

As situações intermédias de semiautonomia predominam de forma directamente proporcional aos jovens dos mais baixos níveis sociais, mais fortemente para F do que para M e mais frequentes em meio urbano do que em meio rural.

Se olharmos agora para o quadro n.º 2, que cruza a dependência económica com a independência residencial em relação ao casamento, vemos que também para muitos jovens casados prevalecem situações de autonomia contraditória: sobretudo no caso das raparigas casadas, há ainda cerca de 30,8 % em situação de total dependência económica, apesar de viverem em casa própria, e 6 % ainda dependem do dinheiro e da casa de habitação dos pais.

Mesmo para os casados, e até quando a nova residência coincide com o casamento e constituição de novo grupo doméstico, permanecem as ajudas familiares, e particularmente, como vimos, as ajudas monetárias da família da mulher, tanto para o casal como para a própria rapariga. Facto que é mais acentuado no campo, embora, do ponto de vista das classes sociais, não apresente diferença tão marcada.

As situações contraditórias com constituição de casa própria e dependência ou semidependência monetária são assim mais características das raparigas casadas, enquanto as situações contraditórias de permanência em casa dos pais com independência ou semidependência de meios abrangem mais os rapazes solteiros.

Em suma, se o casamento mostra não ser um factor totalmente decisivo de passagem à vida adulta, ou seja, pelo menos, no sentido de assegurar a independência material, vimos também que a inserção na vida activa

profissional também não assegura, na maior parte das vezes, um estatuto pleno de adulto independente e materialmente autónomo, com dinheiro e residência próprios.

Os resultados deste inquérito mostram, para o caso da juventude portuguesa, que o assumir pleno de um estatuto de autonomia que inclua meios de auto-suficiência económica e casa tende a restringir-se essencialmente a *dois casos de figura*. Um é o do jovem de boa formação profissional — facultada por uma família de estrato social superior em contexto urbano que nele investiu, adquirindo-lhe melhores meios de qualificação profissional —, solteiro ou casado, embora neste caso possa aumentar o índice de ajuda material ao casal através do elemento feminino. Outro é o do jovem camponês com fraca formação profissional e abandono precoce da escola, que começa a trabalhar cedo, assegurando as suas despesas, casado e cujas ajudas chegam ao casamento por formas não monetárias e socialmente assumidas como menos gravosas para a autonomia e independência do grupo doméstico. Autonomia e independência essas que, nos campos, terão também parâmetros diferentes dos da cidade. Nos meios rurais, as famílias assegurarão o futuro dos seus filhos mais através de uma redistribuição dos bens patrimoniais e as próprias ajudas «económicas» concretizar-se-ão mais a nível das chamadas «economias informais» (como, por exemplo, ajudas na construção de casas através de equipas constituídas pela rede de parentesco).

2. FAMÍLIA E FORMAÇÃO

A independência económica em relação à família de origem, em geral, só é atingida, e com dificuldade, quase no final da década dos 20 anos, e mesmo assim não o é para todos, como vimos. Criam-se deste modo situações contraditórias aos jovens, já que estes atingirão determinado tipo de maturidades, como, por exemplo, as físicas e cívicas, permanecendo dependentes a outros níveis, como o material. Ou então adquirem alguma autonomia económica começando a trabalhar precocemente: no inquérito comprova-se que cerca de 27,6 % dos jovens começaram a trabalhar antes dos 15 anos. As diversas autonomias atingem-se em calendários diferentes e, ao longo do seu curso, é a escolaridade que mais reflecte os cursos e os destinos dessa autonomia.

Se recordarmos as razões invocadas pelos jovens que abandonaram a escola, vemos que uma parte deles o fez por dificuldades económicas, tratando-se sobretudo de jovens das classes proletárias urbanas ou rurais. Já para os jovens das classes médias e também do operariado, a principal razão invocada para o abandono escolar refere-se à «preferência por ganhar dinheiro»¹⁷.

De qualquer modo, a saída da escola para as classes médias é mais tardia e, apesar da fraca preparação académica por parte de todos os jovens que deixaram de estudar, quanto mais elevada é a origem social, maior o

656 ¹⁷ Ver *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 2: *A Educação e a Escola*, de Nelson Matias.

grau atingido. [Vimos como o grau de instrução dos jovens que já trabalhavam desce com a escala social (quadro n.º 1).]

Sem dúvida, aliás, que o capital escolar se reproduz bem, mantendo através dele oleadas e eficazes as formas de reprodução social e assegurando a respectiva legitimação. Os dados do inquérito comprovam-no: são extremamente diferenciadas do ponto de vista social, tanto as oportunidades escolares como o prosseguimento da escolaridade ao longo do eixo que separa as classes médias do operariado das classes rurais.

E aqui situa-se outra importante função económica da família, que tem que ver com a continuidade e, portanto, com o processo de reprodução social em que a juventude se situa, e que hoje se corporiza, predominantemente nos meios urbanos e nas classes médias, no investimento escolar. Numa linguagem antropológica, será uma espécie de «doação» em estudos. Trata-se, afinal, de uma forma de «herança» mais adaptada às novas formas de vida e que é capital cultural, mas também económico. As estratégias familiares das classes superior e médias estabilizadas ou em processo de mobilidade social ascendente, visando assegurar um futuro de independência dos filhos, passam pelo prolongar da situação de dependência dos jovens, em contrapartida de uma mais sólida formação.

Assim, são eles que permanecem mais tempo nas escolas, frequentam níveis de ensino superiores e obtêm os maiores sucessos escolares¹⁸. É para eles também que os pais gastam mais em despesas formativas¹⁹.

Apesar de a tendência para a permanência e o alongamento da escolaridade ser extensiva a muitos mais jovens do que era há poucas gerações atrás (se compararmos com níveis de instrução dos pais dos jovens e se analisarmos a tendência de prolongamento escolar por parte dos escalões etários mais baixos), o que é certo é que esta mobilidade é ainda curta, processando-se uma influência determinante do capital cultural familiar nos percursos escolares de ingresso no ensino superior²⁰. Por outro lado, o próprio empenhamento dos pais em relação aos estudos dos filhos, embora seja grande por parte de todos, é mais forte nas classes mais elevadas. Ao interrogar os jovens sobre o grau de importância atribuído aos estudos por parte dos pais, temos uma maioria de 84 % que dizem que tirar um curso é importante e temos cerca de 21 % e 16 % do proletariado e subproletariado que dizem ser pouco importante.

A condição social das famílias dos jovens influi aliás não só nas trajetórias escolares, mas também no nível de aspirações académicas dos próprios jovens, já que há uma relação directa entre expectativas dos pais e aspirações dos filhos²¹.

¹⁸ Ver *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 2: *A Educação e a Escola*, de Nelson Matias (gráficos 10 e 11).

¹⁹ Ver *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 7: *Dinheiro e Bens Materiais*, de Luísa Schmidt.

²⁰ Veja-se, a este propósito, um estudo recentemente realizado: João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, «Família, estudantes e universidade — painéis de observação sociográfica», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, revista semestral, Maio de 1988, n.º 4.

²¹ «Há uma forte associação estatística entre o status socioeconómico dos pais e a importância atribuída à obtenção de um curso pelo jovem que estuda» (*Inquérito à Juventude Portuguesa*, vol. 2: *Educação e Escola*, de Nelson Matias).

Além do mais, se considerarmos a educação extra-escolar, e portanto todas as outras actividades formativas que constituem hoje parte integrante de uma preparação educativa e do capital cultural — desporto, actividades expressivas, culturais, artísticas —, vemos que também aí o investimento é superior nos filhos das famílias dos estratos mais elevados. São os jovens destes estratos que mais despendem e praticam actividades desportivas (financiadas pelos pais) e também mais actividades artísticas, por exemplo²².

Estas diferenças adirão também, evidentemente, do confronto campo/cidade e da falta de infra-estruturas do primeiro em relação à segunda. Contudo, mesmo dentro das classes urbanas, as diferenças são grandes.

Enquanto aos estudantes das classes mais baixas urbanas restam algumas actividades desportivas ligadas à escola, aos jovens trabalhadores das mesmas classes não só sobrarão menos tempo para actividades formativas desta natureza, como, mesmo quando as praticam, terão de desembolsar mais do seu dinheiro próprio.

A família adquire assim uma importância crescente também no desempenho da «educação», no sentido alargado que aqui lhe damos — sem o restringir ao parâmetro da escolaridade²³ —, desmultiplicando-se em funções, sobretudo num país onde as escolas têm grandes insuficiências de equipamento e as estruturas de apoio extra-escolar são praticamente inexistentes.

3. FAMÍLIA E ACESSO AO TRABALHO

Uma outra função da família reflecte-se também na acção directa que ela desempenha no processo de inserção profissional dos jovens, ou seja, no acesso ao trabalho.

Assim, segundo os dados do inquérito, vemos que a grande maioria dos jovens que trabalham obtiveram o trabalho sobretudo através da família, e nos que procuram emprego ainda sobe mais o índice de recurso à família²⁴.

Esta cumpre assim outra funcionalidade importante enquanto instituição intermediária entre os jovens e o mercado de trabalho. Além de funcionar como antecâmara onde se preparam os jovens para a sociedade, a

²² Consultado de novo o *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vemos que, de facto, a origem social influi directamente no tipo de actividades praticadas e sua frequência: cerca de 72,5 % dos jovens dos estratos mais elevados praticam regularmente actividades desportivas, contra pouco mais de 23,5 % dos jovens de estratos mais baixos, havendo certo tipo de desportos que estes nunca praticam, bem como «actividades de expressão artística» (vol. 5: *Uso do Tempo e Espaços de Lazer*, de José Machado Pais).

²³ Sobre o papel desempenhado pelo grupo familiar na «atenção e síntese» das complexas funções educativas hoje ver Noelle G  rome, «  ducation des enfants et information pédagogique de la famille», Universalia, Paris, 1979.

²⁴ Cerca de 58,7 % dos jovens inquiridos declararam ter já recorrido    ajuda familiar para tentar conseguir emprego. Dos jovens que trabalham, cerca de 29,1 % obtiveram mesmo o emprego actual através da família e 22,2 % através de conhecidos ou amigos (dados do *In  rito    Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 3: *O Trabalho, o Emprego, a Profissão*, de Madalena Andrade).

família será também a embraiagem da sua integração societal, servindo de *pivot* entre o indivíduo e a sociedade.

Contudo, se esta situação é geral para todos os jovens, ela diferencia-se e adquire alguma variação. Assim, no caso dos jovens originários das classes médias, embora a família se mantenha como recurso mais importante para arranjar emprego, os jovens têm no entanto maior preparação para recorrer a outras formas de acesso ao trabalho. Ou seja, por estarem academicamente mais bem preparados, diversificam e multiplicam as suas possibilidades de acesso ao trabalho. Ao fornecer-lhes maior destreza e preparação sociais, alongando o período de dependência e prolongando a sua função «económico-educativa», a família visa a sua independentização futura.

De novo detectamos aqui situações contraditórias. A grande maioria dos jovens dos estratos socioeconómicos mais baixos obtêm o emprego através da família, mesmo quando recorrem a outros processos, sendo estes também os jovens que maiores índices de independência monetária revelaram. Ou seja, embora mais autónomos financeiramente, mantêm, mesmo assim, dependências a vários níveis: um residencial, como já vimos, outro financeiro, enquanto recurso suplementar da família, e agora também uma eventual dependência resultante de um emprego obtido através dos conhecimentos familiares.

Em contraste, para os jovens das classes médias, sobretudo as novas, a situação de independência económica alia-se, como vimos, a um mais sólido capital cultural advindo de um maior investimento escolar, o que, portanto, lhes dá uma maior multiplicidade de recursos quando se apresentam no mercado de trabalho: além de também pedirem maioritariamente ajuda aos familiares, são estes jovens que mais respondem a anúncios dos jornais e se apresentam em concursos públicos quando pretendem conseguir um emprego²⁵.

É pois interessante notar que, de alto a baixo da escala social, a rede de conhecimentos familiares assume um papel estratégico na obtenção de emprego para os jovens, por temporário que este seja.

4. FAMÍLIA E CONSUMO JUVENIL

A esta função económica da família — a da inserção profissional dos jovens — acresce uma outra que, no contexto de uma sociabilidade de consumo, assume um papel crucial: a família enquanto financiadora directa das despesas e bens juvenis.

No inquérito do ICS à juventude portuguesa punha-se uma questão directa sobre a participação dos jovens num mercado específico de pequenos bens e serviços, e essa participação revelara-se elevada para todos²⁶. Questionavam-se ainda os jovens sobre a posse de determinados bens materiais, bem como sobre as aspirações perante uma extensa lista de objectos, que incluía desde os audiovisuais até motos e carros, instrumen-

²⁵ *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 3: *O Trabalho, o Emprego, a Profissão*, de Madalena Andrade.

²⁶ A lista destas despesas incluía: gastos em cinemas, bares e discotecas, lanches, discos/cassettes, jogos vários, revistas de lazer, excursões, etc.

tos musicais, desportivos e outros bens de índole menos duradoura (como relógios, bijutarias, calculadoras, rádios).

Na relação dos jovens aos objectos a partir da análise destas questões encontram-se semelhanças e diferenças.

As semelhanças apontavam para uma grande uniformidade ao nível dos desejos de consumo manifestados por todos os jovens, independentemente da sua origem social. Configura-se assim um perfil semelhante na apetência ao consumo centrada sobretudo em torno dos bens ligados aos audiovisuais e novas tecnologias (*video*, máquina de filmar, computador), o que aponta também para o papel que os sistemas de comunicação de massas assumem junto dos jovens.

Quanto às diferenças, estabeleceram-se a partir da efectiva posse e/ou usufruto (proporcionada pela família) dos referidos bens. Ou seja, diferenças entre os jovens que já assumem os bens como um dado concreto da sua vida material — porque os possuem eles próprios ou os respectivos pais — e os jovens que, confrontando-se com um mundo material familiar cheio de insuficiências, possuem menos bens e por ora apenas «sonham» em vir a adquiri-los.

Mesmo para um certo tipo de objectos mais acessíveis à bolsa dos jovens, onde as diferenças se atenuam de facto, continuam no entanto a desenhar-se alguns desequilíbrios. Por exemplo, se, em média, cerca de 77 % dos jovens das classes superior e médias usufruem de gira-discos, já no caso dos jovens oriundos do operariado, os índices percentuais descem para 60 % e no caso do proletariado rural para 41 %²⁷.

Se a família já assegurava aos jovens muitos alicerces da sua vida económica, ela também lhes permite o maior ou menor benefício de muito dos equipamentos que os jovens mais valorizam: televisão, *video*, telefone, computador. É por isso que o panorama de usufruto dos jovens em relação à maioria dos bens indicados advém sobretudo da origem social e respectivas possibilidades económicas, e não tanto da inserção profissional dos próprios jovens.

Se analisarmos as diferenças entre os bens possuídos por estudantes (originários sobretudo das classes médias) e por trabalhadores, vemos que estes usufruem sempre de menos bens, apesar de ganharem dinheiro próprio.

A dependência, do ponto de vista material, de um jovem estudante relativamente à família é, aliás, dupla: a família suporta não só os encargos de formação e de subsistência, como ainda a maior parte dos encargos que resultam do estatuto juvenil do jovem filho, ou seja, os consumos e despesas lúdicas e todo o conjunto de «encargos» de lazer que implicam o quotidiano juvenil.

Parece, assim, que quanto maior é a dependência económica da família, maior é o acesso dos jovens ao mercado de pequenos consumos e também dos bens mais duradouros. Ou seja, quanto menos dinheiro próprio (adquirido por remuneração de trabalho) um jovem possui, mais gastos habituais mantém e mais bens materiais detém. Inversamente, quanto mais

dinheiro ganha, e portanto o seu índice de independência monetária em relação à família cresce, menos ele parece despende em despesas e bens.

Estas diferenças gerais acentuam-se de novo quando analisamos as origens sociais dos jovens: à medida que se desce na escala social, reduzem-se bastante despesas e bens e também, significativamente, o apoio e a participação económica dos pais — tanto para «despesas básicas», como para despesas «formativas» ou «lúdicas»²⁸.

Se analisarmos o pagamento das despesas à luz da variável «independência monetária» cruzada com as classes, vemos que, independentemente da origem social dos jovens, as despesas da casa são esmagadoramente cobertas pelas famílias não só dos que se encontram em situação de semi-dependência, como também dos monetariamente independentes (quadro n.º 3). Em média, cerca de 70 % destes jovens (à excepção dos originários do campesinato) vêem uma parcela substancial das suas despesas da casa pagas ainda totalmente pelos pais/família, o que aponta mais uma vez para as limitações da referida «independência monetária», reafirmando também que o trabalho está longe de produzir a auto-suficiência de consumo.

Reafirma-se ainda, por outro lado, uma maior consistência na independência monetária dos jovens oriundos do campesinato.

No que respeita ao pagamento das refeições, em média os pais continuam a pagá-las a cerca de 50 % dos jovens em situação de semidependência e/ou independência. Contudo, os jovens oriundos da classe superior usufruem sempre de uma comparticipação maior por parte dos pais. Em contraste, também neste caso, os do campesinato demonstram a sua maior independência.

Quanto às despesas de roupa, se, no que respeita aos semidependentes, a família ainda as cobre em parte —sobretudo no caso das classes médias e superior—, no que se refere aos independentes monetariamente, já são eles próprios a suportar os encargos de vestuário e calçado.

Em suma, são os jovens economicamente independentes da família e de *status* mais baixo quem gasta menos e também possui menos bens materiais. Para os jovens independentes de classes elevadas criar-se-á, em contrapartida, uma situação de duplo benefício familiar e de remuneração própria.

Embora não seja possível apurar por dados do inquérito, parece-nos provável que as despesas dos jovens das classes baixas que trabalham incidam mais em consumos de sociabilidade juvenil e menos nos custos básicos de sobrevivência e ainda menos de formação. Isto agravará eventualmente as suas perspectivas futuras de independência e o seu quotidiano, não só porque, trabalhando, faltam a um dos grandes espaços de enquadramento da sociabilidade juvenil, que é a escola, mas também porque, com baixa formação e baixos recursos, os seus índices de consumo e de sociabilidade juvenil permanecem, apesar do esforço, muito inferiores aos jovens das classes mais elevadas.

O investimento na escolaridade surge assim como o mais importante mecanismo estratégico de reprodução social, embora não o único. Os

²⁸ *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 7: *Dinheiro e Bens Materiais*, de Luísa Schmidt.

meios materiais que a família faculta para a sociabilidade juvenil—despesas de apresentação e de convívio— surgem como uma «formação social» paralela à escola e cujo peso é grande na resultante final do capital cultural do jovem.

A família é assim também uma fonte financiadora directa do consumo juvenil, não só por necessidade dos jovens, mas também porque as práticas e a exibição do consumo actuarão como veículos de afirmação de estatuto social.

5. AMBIENTE FAMILIAR: UMA COEXISTÊNCIA PACÍFICA?

Se, por outro lado, analisarmos as funções «expressivas» da família, vemos que os índices de satisfação com os pais são elevados para todos os jovens²⁹.

Contudo, se o nível do relacionamento geral é bom (particularmente para as raparigas mais velhas e para os jovens provenientes dos estratos mais altos), tal não significará grande proximidade ao nível da comunicação ou até afinidades de valores entre pais e filhos. A satisfação poderá advir, por exemplo, dos aspectos «instrumentais» da família, já que ela até sobe ligeiramente em proporção à melhoria do quadro material de vida (*status* mais elevado).

De facto, ao nível da comunicação e da sociabilidade com os pais, os índices são francamente baixos: é muito significativo que a grande maioria dos jovens inquiridos, a partir dos 17 anos, nunca falem, ou quase nunca, de assuntos pessoais com os pais³⁰. Por outro lado, também passam muito pouco tempo juntos³¹.

Sendo muito significativo também que cerca de 78 % dos jovens que ainda vivem com os pais manifestem o desejo de sair de casa deles, se pudessem escolher³².

Se quisermos detalhar variâncias, vemos que a «falha» comunicativa com os pais diminui ligeiramente para os jovens dos estratos mais elevados, sobretudo no que respeita à troca de opiniões sobre assuntos culturais — o que aponta para algumas afinidades electivas ao nível destas classes sociais. Mas,

²⁹ Cerca de 14 % dos jovens declararam que a relação com os pais vai «muito bem» e 68,4 % que vai «bem» (*Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 4: *Os Jovens e o Futuro: Expectativas e Aspirações*, de Pedro Moura Ferreira). Já no inquérito realizado pelo IED, em 1982, o nível de bom entendimento dos jovens com os pais era francamente elevado, rondando os 70 % [*Situação, Problemas e Perspectivas da Juventude em Portugal*, vol. VII: *Inserção Social dos Jovens — Abordagem de Uma Realidade Complexa (Estudo Preliminar)*, de Teresa Ambrósio, Lucas Estêvão, Luís de França e Conceição Alves Pinto, 2.ª ed. revista em 1985].

³⁰ *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 6: *A Convivialidade e a Relação com os Outros*, de João Sedas Nunes, José Machado Pais e Luísa Schmidt.

³¹ Interrogados os jovens sobre as pessoas com quem se dão mais, são os pais que atingem quase sempre os índices percentuais mais baixos: apenas 1,4 % dos jovens se dão mais com o pai nos seus tempos livres e 5,1 % com a mãe. *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 6: *A Convivialidade e a Relação com os Outros*, de João Sedas Nunes, José Machado Pais e Luísa Schmidt.

³² *Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 6: *A Convivialidade e a Relação com os Outros*, de João Sedas Nunes, José Machado Pais e Luísa Schmidt.

mesmo para estes, os índices de comunicação entre pais e filhos são baixos, orientando-se as relações afectivas dos jovens predominantemente para os amigos aos vários níveis de relacionamento.

Temos assim uma situação geral algo paradoxal de autonomia aparente da família do ponto de vista *afectivo* — dadas a descontinuidade de comunicação, a fraca convivência e a vontade expressa de sair de casa e o pouco espaço de tempo passado em conjunto com os pais —, contraposta a uma dependência *efectiva* dos aspectos materiais fornecidos pela família, que se concretizam em primeira instância pela permanência prolongada em casa e depois pela grande dependência económica.

Contudo, se a satisfação em relação aos pais não implicará grandes proximidades, também a falta de comunicação relacional e o desejo de sair de casa dos pais não indiciarão necessariamente a existência de qualquer conflito declarado. Para mais quando também verificámos a função de centralidade que a casa da família assume enquanto palco de convivialidade juvenil³³. Poderá existir contudo uma certa «ruptura» ao nível dos modelos culturais, que passam, por exemplo, pelo estilo de vida: auto-representação, vestes, hábitos de consumo — diferenças aliás que os próprios jovens apontam quando interrogados sobre aquilo que mais os distingue dos adultos³⁴.

Talvez que este bom relacionamento que os jovens declaram no inquérito possa também corresponder ao «pouco relacionamento» que revelam os fracos índices de comunicabilidade com os pais. A par disto, as funções económicas alargadas e múltiplas que, como vimos, a família hoje desempenha, sendo essenciais à própria sociabilidade juvenil, criarão quase uma necessidade «negocial», exigindo pelo menos um relacionamento cordato. Numa coexistência geracional prolongada até idades tardias para todos (pais e filhos), as pressões serão mútuas: por parte de uns pais de quem os jovens dependem grandemente e por parte de uns filhos que necessitam de meios de resposta às exigências sociais a que estão expostos. E mesmo que as contrapartidas e jogos de força variem em função das classes sociais, tudo aponta no inquérito para tendências integradoras dos jovens hoje, já que uma ruptura com a família de origem poderia causar a sua própria inviabilidade social.

6. CONCLUSÃO

A análise a que submetemos os dados deste inquérito mostrou não só o vivo jogo reprodutivo que as classes sociais das famílias de origem dos jovens desenrolam sobre vastas dimensões da vida juvenil, como ainda as marcadas distâncias sociais quanto aos prováveis destinos destes.

³³ Cerca de 70 % dos jovens inquiridos declaram conviver habitualmente em casa (*Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 6, *A Convivibilidade e Relação com os Outros*).

³⁴ Quando interrogados acerca da natureza das diferenças entre si e as gerações mais velhas, a maioria ressaltou como principais diferenças os «gostos em matéria de vestuário e de música» (*Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 9: *Identidade Nacional e Social dos Jovens*, de Idalina Conde).

Quanto ao primeiro aspecto, torna-se claro que o contexto urbano e a classe social elevada possibilitam aos jovens não só o acesso, como também as melhores condições de sucesso naquilo que faz hoje a maior parte da vida social de um jovem: os estudos secundários e a sua própria convivialidade juvenil nos espaços de vivência que lhe são próprios. Ora, mesmo esta, é hoje mais do que nunca normativamente definida por representações simbólicas de tal forma que, mais do que pretensas aptidões individuais, são sobretudo os meios materiais de consumo que neles asseguram sucesso. Assim, ser jovem, no sentido de assumir da melhor forma uma identidade social positiva, fica tanto mais assegurado quanto mais completa for a prestação material dos pais. Repetimos, tanto para estudos como para consumos de sociabilidade e apresentação.

Ora que ordem de contrapartidas esperar destas prestações materiais?

Abre-se aqui um campo de interrogações que se prendem não só com as dimensões económicas das estratégias reprodutivas sobre os jovens, mas também com as suas dimensões culturais, simbólicas e ideológicas. Os pais destes meios sociais elevados viabilizam integralmente um filho, não só enquanto estudante, como enquanto um jovem entre jovens (ou seja, cumprindo o modelo de sociabilidade juvenil e aquilo que lhe é inerente). O que fica então socialmente assegurado neste processo? Esta questão é tanto mais aguda quanto as respostas ao inquérito permitiam igualmente definir perspectivas de futuro muito diferenciadas para outros jovens em outros contextos sociais.

Se as sociedades rurais continuarem a viabilizar os seus jovens por processos que não distam muito dos tradicionais, será sobretudo a partir da dimensão simbólica — e, portanto, da absorção dos modelos de juvenilidade urbana — que poderão ocorrer distanciamentos ou distúrbios. Os meios de comunicação de massa transmitem ao jovem rural os mesmos estereótipos que transmitem ao jovem urbano. Contudo, enquanto este jovem, seja no estilo que lhe é facultado pela classe elevada dos pais, seja no estilo que é socialmente prezado nos baixos meios sociais em que vive, terá sempre um modelo de juvenilidade disponível para se identificar como jovem, os jovens rurais, por seu lado, como que «fogem para a frente» e assumem mais cedo os seus próprios meios materiais, deixando a casa dos pais, a escola e constituindo família própria mais cedo.

E quanto ao jovem urbano de classe social mais baixa? Talvez o único resgate possível no seu estatuto social inferior e materialmente fraco esteja na insistente identificação com modelos culturais juvenis.

Para todos os efeitos, todos estes jovens, seja qual for o seu destino, vivem actualmente a sua idade juvenil largamente prolongada e em contextos híbridos, semidependentes ou com autonomias sociais parcelares, e às quais não corresponde maioritariamente independência material (nem de casa nem de dinheiro). Basta a qualquer deles comparar-se com a respectiva família de origem: mesmo casados e empregados, vivendo na sua própria casa, os seus níveis de independência e de autonomia estão sempre longe dos desse outro grupo doméstico onde nasceram e de onde vieram. Assim, mesmo para os mais clássicos indicadores de autonomia e independência familiar (emprego, casamento, independência de casa e monetária), no contexto em que eles ocorrem para os jovens, o estatuto de «adulto» acaba sempre ferido de uma insuficiência qualquer na medida em que rara-

mente atingem autonomia aos vários níveis simultaneamente (recorde-se que apenas 8,7 % dos jovens conciliam independência monetária com independência residencial).

Ora este facto aponta para uma outra dimensão do problema juvenil, que é a da relevância da *família* neste contexto.

A família e suas redes alargadas desempenham, como vimos, um papel crucial na gestão social da integração juvenil a vários níveis — não só o da formação e da identificação social, mas também naquilo que é hoje a grande preocupação dos jovens (e da sociedade): o acesso ao emprego. E, conseqüentemente, o acesso ao consumo.

Assim, e apesar de todas as diferenças sociais que apontámos ao longo do artigo, as famílias vêm em geral muito ampliadas e prolongadas as suas funções materiais: alojamento, despesas de formação, dinheiro de bolso, gastos excepcionais. E todas estas prestações quase nunca têm um término definido por qualquer mudança de estatuto ou de situação do jovem, sobretudo no caso das raparigas.

Tal situação aponta também para graves pressões territoriais sobre o espaço de alojamento da família e talvez, por isso mesmo, seja tão universal para todos os jovens o desejo de obterem um espaço autónomo fora de casa dos pais, ou então, pelo menos, o desejo de autonomizar em casa dos pais um espaço próprio. Na definição que fizeram de alguns dos bens de consumo mais apetecidos para si próprios — o telefone, a TV, o *video* — está implícito um grande desejo de autonomia territorial. A própria frequência da convivialidade em casa, nomeadamente no quarto, torna inerente a necessidade de espaço próprio³⁵.

As respostas ao inquérito permitem ainda apurar outros aspectos. As prolongadas pressões financeiras sobre a família restrita alargam-se a outros parentes. Mesmo distantes, os outros familiares são chamados a ajudar a dar resposta a esta pressão financeira, entrando assim na gestão destes complexos processos de inserção social juvenil — o que remete também para uma dimensão alargada da família.

A grande interrogação que se nos coloca neste alargamento e desenvolvimento de funções familiares junto dos jovens é a organização do *modus vivendi* doméstico ao longo de tantas fases da vida e em situações materialmente desiguais, em que serão sempre os filhos que durante muito tempo pedirão dinheiro aos pais.

De que modo esta situação será vivida ao nível das relações pessoais? Quais serão as respostas das casas de família às solicitações de consumo dos seus jovens, que tanta vez parecerão «fúteis» ou supérfluos a uma geração cujos «sistemas de disposições» se construíram numa socialização de poupança?

Será necessário que pais e filhos partilhem os mesmos valores, reconheçam os mesmos sinais que os exprimem e se reconheçam uns e outros empenhados num mesmo processo reprodutivo que os filhos continuam³⁶.

³⁵ Apenas 30 % dos jovens inquiridos têm uma visão exclusivamente sua (*Inquérito à Juventude Portuguesa*, ICS, 1989, vol. 6: *A Convivialidade e a Relação com os Outros*).

³⁶ O que é certo é que, além de os índices de consumo (sobretudo não alimentar) terem aumentado grandemente nos últimos anos, os hábitos de consumo das famílias portuguesas também mudaram, crescendo, por exemplo, no sector das despesas de apresentação («vestuário, calçado e cuidados pessoais») e despesas de lazer («recreio, distrações, educação e cul-

A ser assim, haverá um efeito retroactivo do processo social juvenil sobre a própria instituição familiar, e não apenas um recentrar da vida do jovem na família.

Nível de instrução dos jovens segundo a situação de dependência/independência e as classes sociais a que pertencem (percentagem)

[QUADRO N.º 1]

		Classe superior	Classe média tradicional	Nova classe média	Operariado	Campe-sinato	Proleta-riado rural	Subprole-tariado
Primário preparatório	Dependentes	66,7	15,0	30,4	20,2	22,6	25,4	25,7
	Semidependentes	33,3	40,0	37,7	32,4	12,9	20,3	25,7
	Independentes	—	45,0	31,9	47,3	64,5	54,2	48,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Curso geral dos liceus	Dependentes	67,9	50,0	57,6	54,2	29,6	60,0	73,1
	Semidependentes	10,7	27,3	18,6	15,3	11,1	15,0	11,5
	Independentes	21,4	22,7	23,7	30,5	59,3	25,0	15,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pós-secundário médio e superior	Dependentes	85,3	67,1	72,5	65,6	90,0	60,0	76,5
	Semidependentes	5,9	22,4	15,8	22,6	10,0	13,3	5,9
	Independentes	8,8	10,5	11,7	11,8	—	26,7	17,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Curso complementar dos liceus	Dependentes	50,0	50,0	61,7	64,3	—	100,0	55,6
	Semidependentes	33,3	37,5	20,0	14,3	33,3	—	22,2
	Independentes	16,7	12,5	18,3	21,4	66,7	—	22,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Níveis de autonomia de dinheiro e de casa, segundo a situação conjugal e sexo dos jovens (percentagem)

[QUADRO N.º 2]

	Casados		Solteiros	
	M	F	M	F
Dupla dependência de dinheiro e casa	1,2	2,6	49,7	63,5
Dependência de dinheiro com independência de casa	1,2	30,8	1,3	1,3
Semidependência de dinheiro (a) com dependência de casa	1,2	3,4	22,4	13,6
Semidependência de dinheiro (a) e independência de casa	26,7	26,5	1,0	1,6
Independência de dinheiro a viver em casa	3,5	4,3	23,5	18,1
Dupla independência de dinheiro e casa	66,3	32,5	2,0	1,6

(a) Nestes casos não agregámos os valores da semidependência à dependência económica dos jovens por nos parecer particularmente interessante o peso da semidependência de dinheiro, tanto no caso dos casados como no dos rapazes solteiros.

tura»). Vejam-se a este propósito os dados trabalhados por Aida Valadas Lima, «O rendimento em Portugal ao longo da última década», in *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, vol. XXI, 1985, e Paulo Trigo Cortês Pereira, *Factores Sociais e Espaciais na Génese dos Modos de Vida (Portugal 1980-81)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), Lisboa, 1987. E também, para dados mais recentes, os relatórios anuais e boletins trimestrais do Banco de Portugal.

Despesas dos jovens segundo a dependência monetária familiar e a classe social de origem (percentagem)

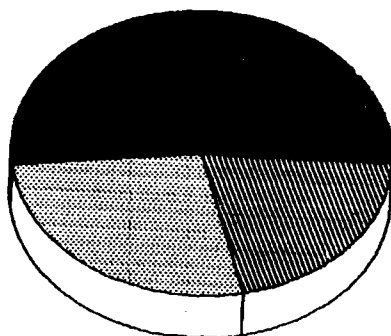
[QUADRO N.º 3]

Despesas «básicas»	Tipo de pagamento	Situação de dependência						Situação de semidependência						Situação de independência								
		Classe superior	Classe média tradicional	Nova classe média	Operariado	Campe sinato	Proletariado rural	Subproletariado		Classe média tradicional	Nova classe média	Operariado	Campe sinato	Proletariado rural	Subproletariado	Classe superior	Classe média tradicional	Nova classe média	Operariado	Campe sinato	Proletariado rural	Subproletariado
Despesas da casa	Pais/família	86,8	94,5	91,6	94,1	83,3	97,4	89,1	87,5	67,4	73,6	74,8	22,2	58,8	66,7	70,0	54,5	63,1	71,3	42,1	53,7	69,2
	Próprio jovem	1,9	3,3	3,6	2,5	16,7	—	4,3	12,5	23,9	22,7	21,6	77,8	35,3	26,7	20,0	39,4	35,9	27,4	52,6	43,9	26,9
	Despesas que não faz	5,6	2,2	3,0	2,9	—	2,6	6,5	—	4,3	1,8	1,8	—	5,9	6,7	1,4	3,0	1,0	0,6	5,3	—	—
Despesas em refeições	Pais/família	86,8	90,1	87,7	93,1	75,0	92,3	84,8	62,5	47,8	46,4	58,6	11,1	41,2	53,3	70,0	39,4	42,7	56,1	34,2	51,2	53,8
	Próprio jovem	1,9	6,6	6,8	4,4	25,0	2,6	6,5	37,5	50,0	50,9	33,3	77,8	52,9	40,0	30,0	54,5	56,3	40,8	60,5	43,9	34,6
	Despesas que não faz	5,6	3,3	3,6	2,0	—	5,1	8,7	—	—	1,8	4,5	1,4	5,9	6,7	—	3,0	1,0	2,5	1,4	2,4	7,7
Despesas em vestuário e calçado	Pais/família	86,8	81,3	82,3	79,3	56,3	82,1	78,3	50,0	37,0	28,2	20,7	11,1	11,8	20,0	10,0	3,0	9,7	8,3	15,8	9,8	15,4
	Próprio jovem	94,0	18,7	14,7	17,2	37,5	10,3	19,6	50,0	58,7	70,0	74,8	88,9	82,4	73,3	90,0	93,9	89,3	89,2	84,2	87,8	80,8
	Despesas que não faz	—	—	0,3	2,5	—	5,1	—	—	2,2	0,9	0,9	—	—	6,7	—	—	1,0	0,6	—	—	—

Graus de dependência económica familiar dos jovens

[GRÁFICO I]

A
52,3 %



C
26,8 %

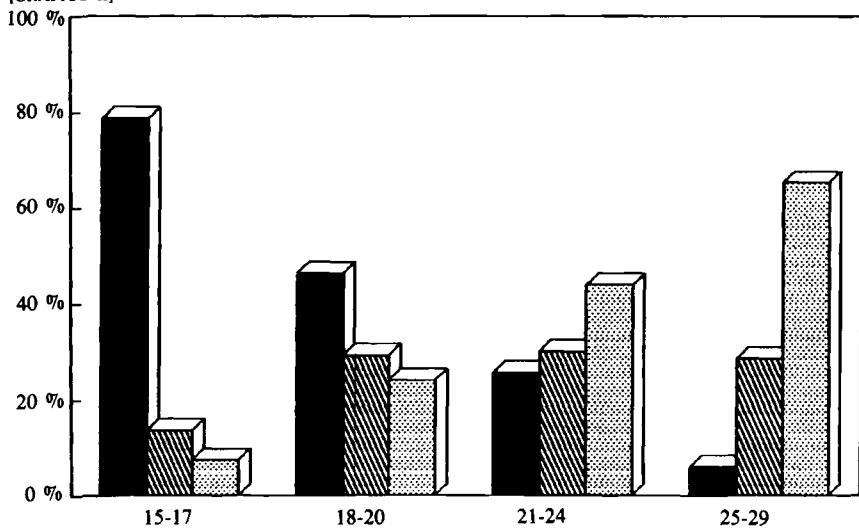
B
20,9 %

A — Situação de dependência económica total
B — Situação de semidependência
C — Situação de independência monetária

Níveis de dependência monetária dos jovens em relação à família, segundo a idade e o sexo

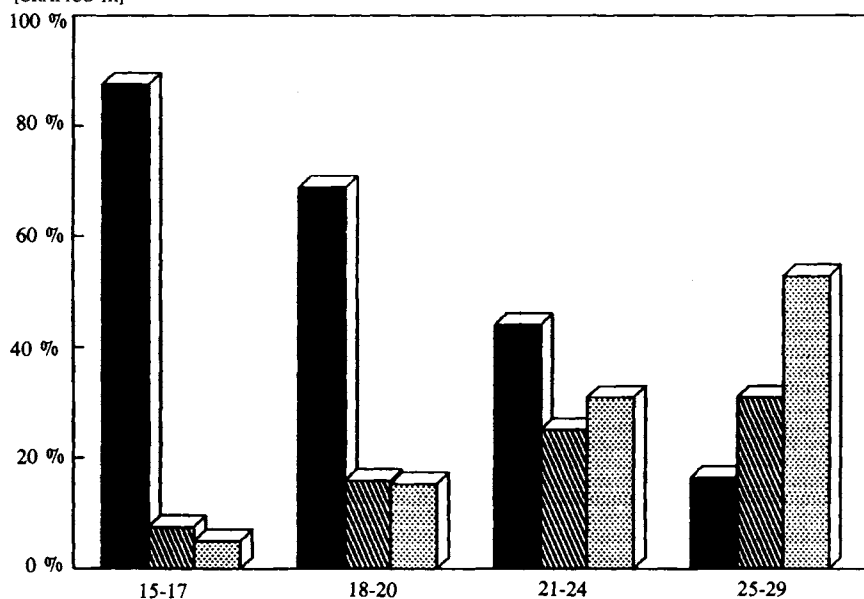
RAPAZES

[GRÁFICO II]



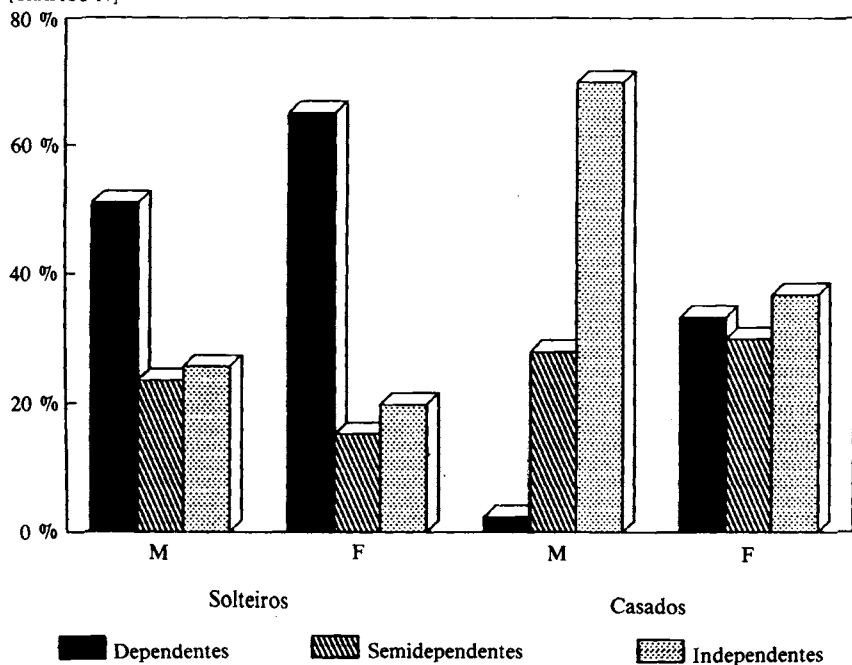
RAPARIGAS

[GRÁFICO III]



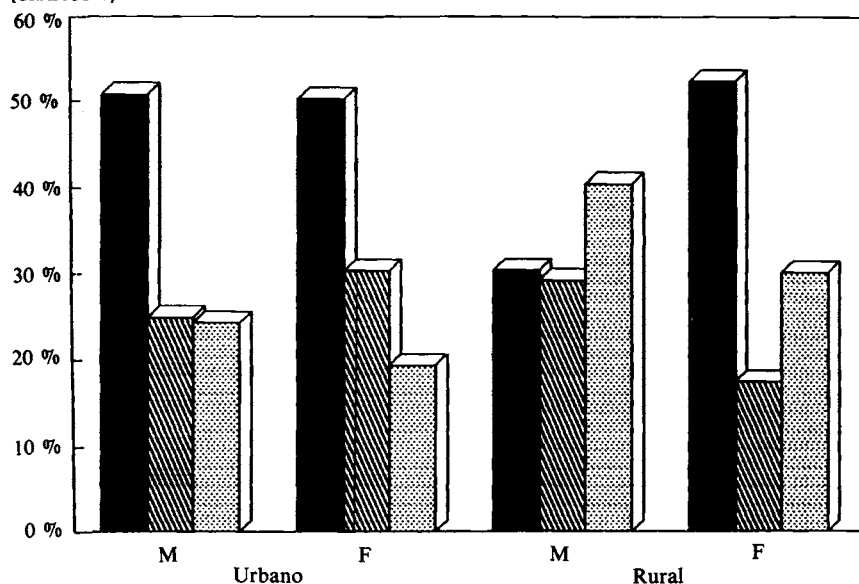
**Níveis de dependência monetária dos jovens
em relação à família, segundo a situação conjugal e o sexo**

[GRÁFICO IV]



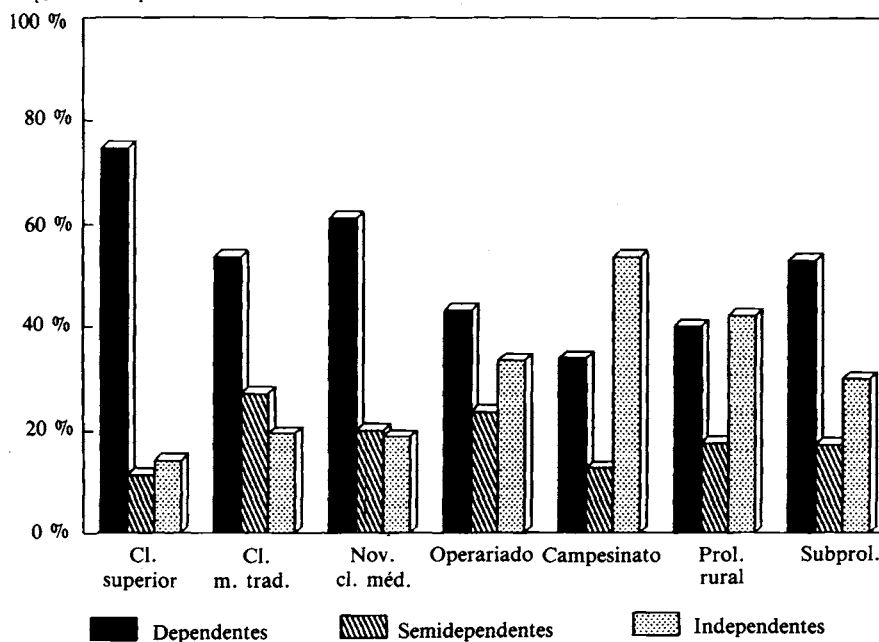
**Níveis de dependência monetária dos jovens
em relação à família, segundo o *habitat* e o sexo**

[GRÁFICO V]



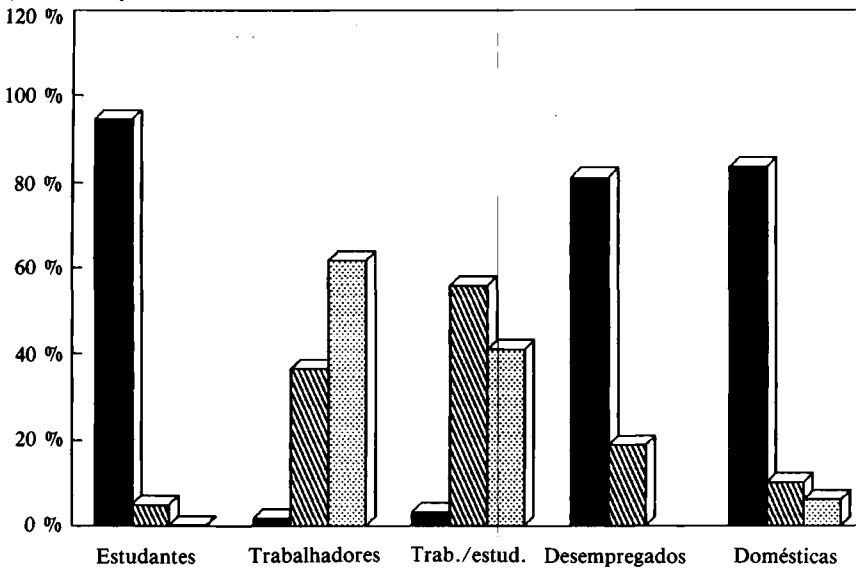
**Níveis de dependência monetária dos jovens
em relação à família, segundo a classe social de origem**

[GRÁFICO VI]



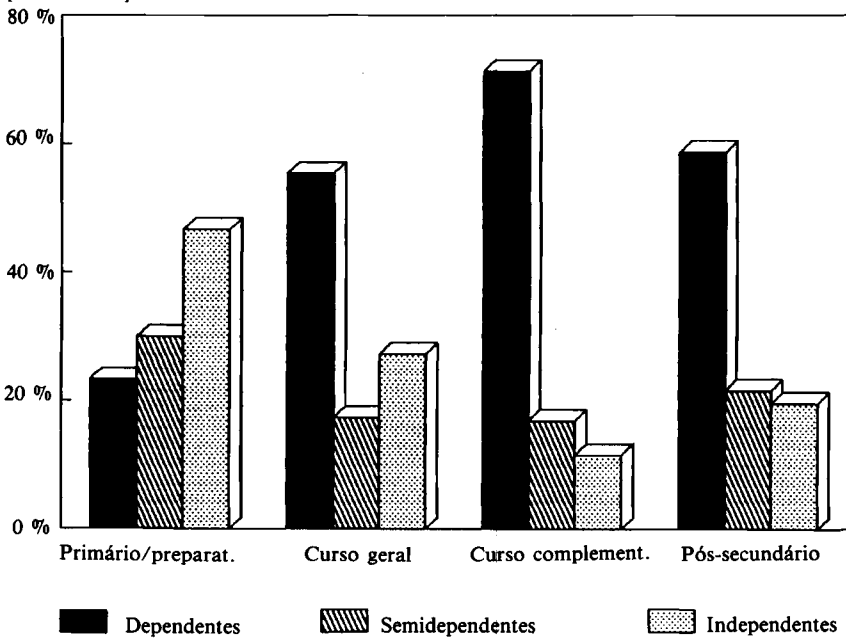
**Níveis de dependência monetária dos jovens
em relação à família, segundo a situação perante o trabalho**

[GRÁFICO VII]



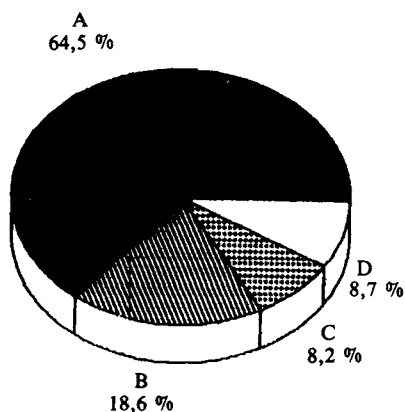
**Níveis de dependência monetária dos jovens
em relação à família, segundo o nível de instrução do entrevistado**

[GRÁFICO VIII]



**Níveis de autonomia dos jovens
em relação ao dinheiro e à residência familiar**

[GRÁFICO IX]

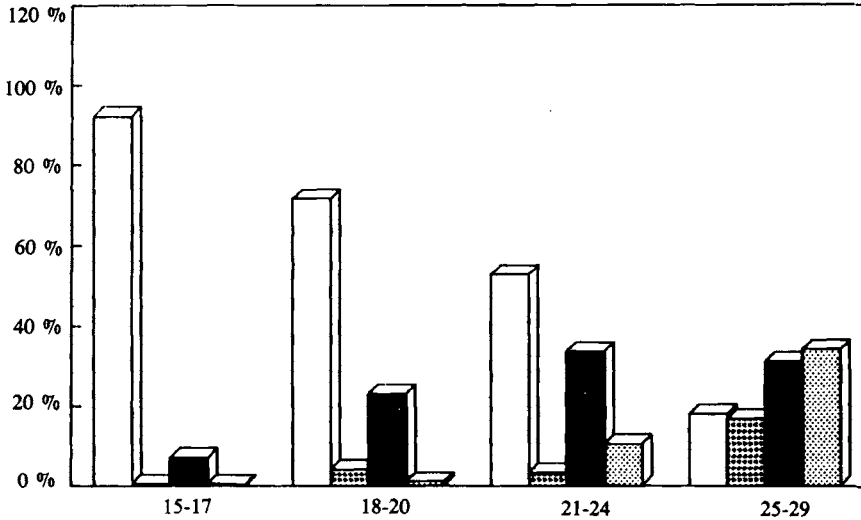


- A — Dupla dependência (e/ou semidependência) de dinheiro e de casa
- B — Dependência (e/ou semidependência) de dinheiro e independência residencial
- C — Independência monetária e dependência residencial
- D — Dupla independência de dinheiro e casa

Níveis de autonomia de dinheiro e casa segundo a idade e o sexo dos jovens

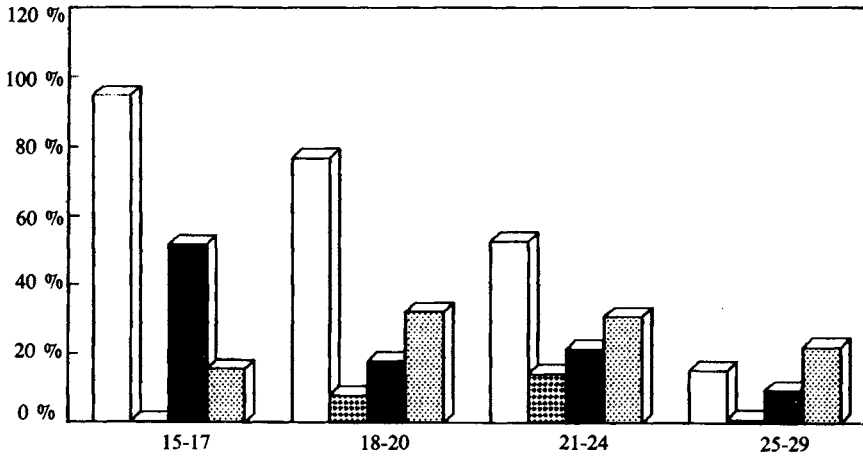
RAPAZES

[GRÁFICO XI]



RAPARIGAS

[GRÁFICO XII]



□ A ▨ B ■ C ▤ D

- A — Dupla dependência (e/ou semidependência) de dinheiro e de casa
B — Dependência (e/ou semidependência) de dinheiro e independência residencial
C — Independência monetária e dependência residencial
D — Dupla independência de dinheiro e casa